

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DE UMA AGÊNCIA BANCÁRIA DO INTERIOR DO MARANHÃO

MIKHAEL FERREIRA DA SILVA SANTOS^{1*}, JACKSON DOUGLAS DA CRUZ SILVA²,
MATEUS COELHO CARVALHO³, CLÁUDIO VIDRIH FERREIRA⁴

¹Acadêmico de Engenharia Civil, FACEMA, Caxias - MA. Fone: (99) 98121-3658, mikhaelmk@hotmail.com

²Acadêmico de Engenharia Civil, FACEMA, Caxias - MA. Fone: (99) 98145-3577,
jacksondouglasncr@gmail.com

³Acadêmico de Engenharia Civil, FACEMA, Caxias - MA. Fone: (99) 93362-2300, mateuscoelho17@live.com

⁴Dr. Professor Engenharia Civil, FACEMA, Caxias - MA. Fone: (14) 99616-5751, vidrih@vidrih.com

Apresentado no
Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC' 2015
15 a 18 de setembro de 2015 - Fortaleza-CE, Brasil

RESUMO: Nos últimos tempos, de forma geral, o Brasil tem experimentado grandes mudanças e acentuados avanços que visam garantir os direitos dos seres humanos. Tem-se discutido, além da acessibilidade física, a acessibilidade pedagógica e atitudinal como forma de garantir o direito pleno a acessibilidade dos cidadãos. Como a acessibilidade física ainda corresponde a uma das grandes barreiras que precisam ser eliminadas nos grandes centros, nesta pesquisa procurou-se analisar as condições de acessibilidade de uma agência bancária do interior do Maranhão. O estudo teve como objetivo apurar as condições de acessibilidade tendo em conta o direito de acesso físico facilitado às dependências desse órgão, por parte de idosos, gestantes e pessoas portadoras de necessidades especiais. Nesse cenário, foram verificadas as condições de acessibilidade da agência bancária, tanto interna quanto externamente. Neste trabalho são apresentados e analisados os resultados obtidos, tendo constatado que a aludida agência bancária não preenche todos os requisitos normativos e legais pertinentes ao assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, pessoas portadoras de necessidades especiais.

ANALYSIS OF THE CONDITIONS OF ACCESS OF A BANKING AGENCY OF THE INTERIOR MARANHÃO

ABSTRACT: Lately, in general, Brazil has experienced great changes and sharp advances aimed at ensuring the rights of human beings. It has been discussed, beyond physical accessibility, pedagogical and attitudinal accessibility in order to ensure the full-fledged citizens' access. As physical accessibility still corresponds to one of the major barriers that need to be eliminated in large cities, this study sought to analyze the accessibility conditions of a bank branch in the interior of Maranhão. The study aimed to determine the conditions of accessibility given the right to physical access to the premises facilitated that body, by the elderly, pregnant women and people with special needs. In this scenario, we checked the conditions of accessibility of bank branch, both internally and externally. In this work are presented and analyzed the results and found that the referred bank branch does not meet all regulatory and legal requirements relevant to the subject.

KEYWORDS: Accessibility, people with special needs.

INTRODUÇÃO

O direito à acessibilidade de pessoas com deficiência está fundamentado nos direitos de cidadania e direitos humanos, sendo regulamentado, no Brasil, pela Norma Brasileira NBR 9050:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, logo a acessibilidade é um direito universal ancorado no direito de igualdade assegurado pela constituição (Wagner et al., 2010). Segundo a NBR 9050 (2004), a acessibilidade é a possibilidade de condição de alcance, percepção e entendimento para a

utilização, com segurança e independência, de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e similares.

Segundo o IBGE (2010), o município de Caxias situa-se no leste maranhense, estando a 360 km da capital do estado do Maranhão, São Luís. A cidade, sendo a quinta mais populosa do estado e tendo a sexta maior economia, possui uma área territorial de 5.150,667 km² e uma população de 155.129 habitantes, sendo sua densidade demográfica de 30,12 hab/km².

Na cidade de Caxias existem quatro agências bancárias que também atendem a outras cidades circunvizinhas. Conforme o Manual de Acessibilidade para Agências Bancárias, elaborado pela FEBRABAN (2009), as agências bancárias devem seguir as diretrizes da legislação brasileira, bastante clara com relação à obrigatoriedade de se contemplar a acessibilidade em edificações de uso coletivo, consoante previsto na Lei 10.098/2000 e o Decreto 5.296/2004.

Neste contexto este trabalho tem como objetivo apurar se a referida instituição tem observado o direito de acesso físico facilitado às suas dependências por parte de idosos, gestantes e pessoas portadoras de necessidades especiais.

MATERIAL E MÉTODOS

A área de estudo compreende uma agência bancária do município de Caxias, estado do Maranhão, situada no centro da cidade. A figura 1 ilustra a fachada do prédio da agência. De acordo com os documentos solicitados por um órgão público federal à referida instituição bancária, sendo o memorial descritivo e projetos de diversas áreas, a agência possui uma área construída de 842,60 m² em um único pavimento, edificado em terreno de 1808,30 m². Utilizou-se como metodologia, a revisão de literatura especializada, pesquisa exploratória em documentos e vistorias. Para a realização das vistorias, foram utilizados uma máquina fotográfica, trena, nível de bolha e uma haste de 2 metros de comprimento. Verificou-se as condições de acessibilidade da agência bancária em dois momentos, no primeiro momento, dia 16 de março de 2015, foi vistoriado a parte interna da agência, e no segundo, dia 19 de março de 2015, a parte externa da mesma.

Figura 1. Vista da fachada do prédio.



Fonte: Próprios autores (2015).

Com base na NBR 9050, foram levantadas as características pesquisadas durante as vistorias. A tabela 1 explicitam essas características.

Tabela 1. Características contempladas durante a vistoria

Aspectos vistoriados	Descrição
Parâmetros antropométricos	Verificadas medições de itens como: área de (aproximação, circulação e transferência); controles e outros.
Comunicação e sinalização	Visual; tátil e sonora.
Acesso e circulação	Pisos táteis de alerta e direcional; Desníveis; Rotas de fuga; rampas e escadas.
Sanitários	Barras de apoio; pisos; sanitários; lavatórios e acessórios.
Mobiliários	Equipamento de autoatendimento; assentos fixos e outros.

Fonte: NBR 9050 (2004)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

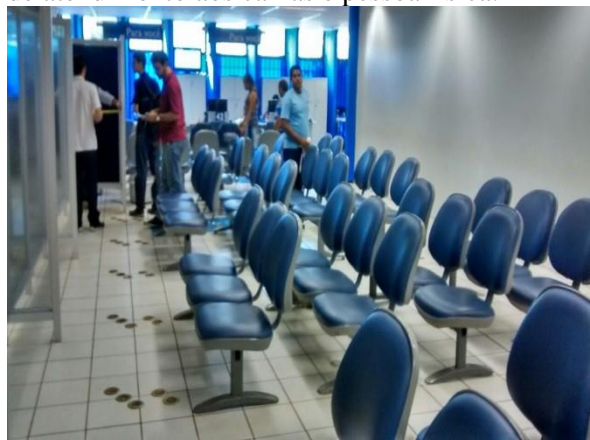
Nas vistorias realizadas no interior da agência, como ilustram as fotos 2 e 3, constatou-se irregularidades em alguns setores. Os setores de pessoa jurídica, atendimento aos caixas, FGTS e AE – Atendimento Expresso – não possuem um número adequado de assentos para Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) e Pessoa Obesa (PO), bem como espaços para Pessoa com Cadeira de Roda (PCR). Quanto aos caixas de atendimento, há um único acesso, e este possui uma largura inferior à exigência da NBR 9050, sendo insuficiente à locomoção de PCR. A agência possui WC's disponibilizados ao seu público, um masculino e um feminino. Os mesmos não possuem sinalização tátil, em braile ou texto em relevo, instaladas nos batentes ou vedado adjacente, no lado onde fica a maçaneta, não atendendo as prescrições da norma. Salienta-se também que no interior dos banheiros, a única irregularidade encontrada foram as papeleiras, sendo estas com uma altura inferior à que a norma exige, como mostra a figura 5. O acionador de alarme manual contra incêndio, este está em uma altura que extrapola significativamente o que a norma exige.

Figura 2. Vista da área interna da agência, setor de FGTS e Atendimento Expresso.



Fonte: Próprios autores (2015).

Figura 3. Vista da área interna da agência, setor de atendimento aos caixas e pessoa física.



Fonte: Próprios autores (2015).

Na área externa, quanto às escada e calçada, figuras 4 e 5, respectivamente, constatou-se que foi necessário a construção de rampas e escadas para transpor um desnível de, aproximadamente, 1 metro em relação à rua, para se ter acesso à agência. Quanto as escadas, a irregularidade se entra na extensão do piso, visto que este extrapolou o intervalo que a norma exige; os degraus não possuem sinalização tátil visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 2 a 3 centímetro de largura; O início e o término da escada não possuem a sinalização tátil de alerta em toda sua extensão.

Figura 4. Vista da escada que dá acesso a entrada da agência.



Fonte: Próprios autores (2015).

Figura 5. Vista de parte da calçada.



Fonte: Próprios autores (2015).

Nas vistorias realizadas no passeio público, defronte a agência e nos prédios vizinhos, constatou-se a existência de sérias e graves barreiras, indicando o descaso e o desrespeito às pessoas portadoras de necessidades especiais. Na direção do corpo principal da edificação, a agência invadiu parte do passeio, privilegiando a construção de um jardim/gramado, em total prejuízo à acessibilidade local, como realça a figura 6. Tornando ainda mais grave a situação, foram construídas mais duas barreiras, sendo um poste e um orelhão, agravando a movimentação de pedestres, dificultando a locomoção na faixa livre. Quanto as rampas, as irregularidades se concentraram na sinalização tátil de alerta, esta deve ser instalada afastada de no máximo 32 centímetros do seu início e término, o que não ocorre, conforme a figura 7.

Figura 6. Destaque do jardim/gramado, sendo uma grave barreira.



Fonte: Próprios autores (2015).

Figura 7. Vista de uma das rampas com afastamento superior ao permitido.



Fonte: Próprios autores (2015).

CONCLUSÕES

Com base nas vistorias realizadas, é notório concluir que a agência bancária do município de Caxias, estado do Maranhão, não está em total conformidade com as exigências na NBR 9050, sendo um desrespeito tanto às pessoas com necessidades especiais, quanto ao público em geral. Necessita, assim, de uma intervenção para adequar as condições antes prescritas, e respeitar a acessibilidade.

REFERÊNCIAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 01 jun. 2015.
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. Manual de acessibilidade para agências bancárias. 2009.
- Wagner, L. C.; Lindemayer, C. K.; Pacheco, A.; Silva, L. D. A. A acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. Revista Ciência e Movimento, n.23, p.55-67, 2010.